

A QUESTÃO DAS ORIGENS. DA CONTINUIDADE E DA MUDANÇA NA PRÉ-HISTÓRIA

Ondemar F. Dias Jr.

Instituto de Arqueologia Brasileira - RJ

ABSTRACT

The question of origins. Change and continuity in pre-history.

The essay is a reflexion about the concept of "origens" in connection with the cultural changes in Pre-history, and of "tradition" as synonymous of continuance and its relationship with the innovations that determinate the evolution of cultures, keeping in mind that no society stays the same on the long run.

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão em torno do conceito de "origem" em relação com a mudança cultural na Pré-história. Comenta-se também o conceito de "tradição" como sinônimo de permanência, relacionado porém com as inovações que determinam a evolução das culturas, partindo-se do princípio de que nenhuma sociedade se mantém inalterada.

KEY WORDS: Origens
Tradition
Pre-history

PALAVRAS-CHAVE: **Origens**
Tradição
Pré-história

Muita gente acredita que a principal tarefa do arqueólogo, enquanto prehistoriador, é a busca das origens, sejam elas relativas às estruturas, sejam elas relacionadas aos “adereços” da cultura. Esta perspectiva, muito comum, não se restringe somente ao homem “simples”, podendo ser encontrada, inclusive, no discurso de profissionais de história e até mesmo de antropologia.

Ora, esta assertiva, nitidamente encaixada em toda a ideologia ainda vigente, baseada nos postulados newton-cartesianos, admite, desde logo, algumas considerações. Primeiro, a questão do que é, na verdade, a **origem**. O que é origem?

Pode-se entendê-la a partir de duas perspectivas. A primeira, tradicional, parece conceituá-la como o “princípio”, a existência, em um dado momento, de algo que até então não existia. E este, “não existir”, diz respeito à crença de que, de fato, aquele algo não tinha existência física anterior. Pressupõe, portanto, um ato de criação, de elaboração de um, ou vários elementos novos que ganham realidade e são reconhecidos, a partir de um dado momento. Este conceito mistura-se à metafísica e, assim, ao ato de criar. Sob certo ângulo, a teoria atual sobre a origem do universo, por exemplo, a do “Big Bang” incorpora este conceito. Ele, o Universo, não existia antes; nada existia antes, até o momento da grande explosão inicial. Aí, só aí, começa a sua existência. O nosso próprio universo, então, teria o seu momento inicial de criação, com uma origem definida em um certo tempo também definido (1).

A segunda perspectiva, muito mais grata aos arqueólogos,

é aquela que entende ser a origem o momento em que se toma conhecimento de alguma coisa que se manifesta como nova, em função da reestruturação de algo que existia antes. Assim, a “busca das origens” é na verdade, a procura dos processos de transformação de dados existentes, organizados em novas formas ou utilizados em novas funções. Para usarmos o mesmo exemplo da astrofísica, podemos dizer que este princípio é aquele utilizado para explicar a teoria do universo permanente, com movimentos cíclicos de expansão e retração a partir das mudanças e contradições da energia na unidade espaço-tempo (2).

Também o sentido da palavra “arqueologia” dado por Foucault(3), mesmo que entendida como um método de busca, dinâmico e com profunda penetração no tempo, pressupõe esta busca das origens, no sentido de que estas resultam dos processos de transformações culturais ocorrentes sobre a realidade de cada época. De fato, qualquer origem de qualquer coisa, sempre envolve um intrincado sistema de atuações integradas, em campos e níveis diversos e, sempre, durante determinado lapso de tempo. O que acontece é que, no momento em que se verifica a “origem” de alguma coisa, esta noção de tempo, vista pelo observador, como que se acelera, configurando algo que antes ele não conseguia discernir no mesmo complexo estudado. Ele, então, diz ter determinado o momento e a forma em que algo de novo surgiu, ou teve sua “origem”.

A própria questão das “origens das espécies”, desde o tempo de Darwin, na segunda metade do século passado, (4) implica na idéia de que o aparecimento de cada espécie nova se faz pela organização dos genes das espécies anteriores, em novas estruturas (no caso, “melhor adaptadas”). Também é este o conceito implícito na mutação biológica, pois mesmo

que surja algo **aparentemente novo** no campo da vida, este novo ser resultará das alterações ocorridas no código genético daqueles seres anteriores que lhes deram “origem”.

Quando Childe (5) aplicou a teoria da mutação genética no campo da pré-história (e também História) ressaltou que para que ocorra qualquer “revolução” é necessário que suas “origens” estejam latentes nos períodos “evolucionários” anteriores. A “revolução” seria, na verdade, a aceleração, no tempo, dos movimentos lentos daquilo que hoje denominamos “processo histórico” (5). Ela não poderia existir sem esta lenta fermentação e, por sua vez, cada uma delas iria desencadear novos períodos “evolutivos” que, ao seu tempo, seriam alterados por novos, e aparentemente inesperados, movimentos “revolucionários”. Assim, torna-se fácil entender a mútua dependência entre o que ele denominava “evolução” e “revolução”, cada uma preparando, a seu turno, o campo da próxima. Em outras palavras, uma dando “origem” a outra.

Como muito bem menciona Moscovici, cada vez que se procura a origem de alguma coisa, encontra-se a continuidade de outra anterior (6).

Esta breve discussão sobre o conceito do termo “origem”, serve de introdução a uma outra questão, menos específica na qual está, na verdade, inserida. Trata-se do problema das relações entre a continuidade e a mudança cultural na pré-história.

Preliminarmente devemos lembrar que, embora venhamos a discutir o tema no campo específico da arqueologia pré-histórica, esta questão é muitíssimo mais ampla e se encontra presente na vida cotidiana de cada um de nós, mesmo que dela não tenhamos a mais elementar noção da sua existência. Ela simplesmente está presente, é.

Teoricamente não **concordamos** que **cada** um dos termos em **discussão** tenha uma existência isolada. Esta perspectiva se prende, mais uma vez, ao paradigma dominante, que nos orienta na busca e na construção de fronteiras e desenhos específicos para cada item da nossa realidade, com sua visão ainda basicamente mecanicista, partitista e com sua ênfase na necessidade de especialização. Reconhecemos, no entanto, que do ponto de vista didático, tratar, mesmo que artificialmente, cada um deles no seu momento e especificamente, é ainda a forma mais simples, sobretudo considerando-se as limitações inerentes a um trabalho do gênero. Assim sendo, mesmo que de forma relutante, vamos procurar discutí-los separadamente, sacrificando o conteúdo à forma, mas objetivando a clareza da argumentação e do método.

Quando encontrarmos a “origem” de qualquer elemento, na verdade observamos as mudanças do contexto no qual ele se encaixa em função das modificações que podem ser observadas nos diversos itens do acervo estudado, em referência a aquele ponto focalizado.

Está implícita uma noção de tempo, de alguma coisa que aconteceu “antes” e que, a partir daquele momento, passa a se caracterizar de uma nova forma, identificando um “depois” em relação ao anterior. Nesta observação está, pois, encaixada todo um esquema implícito, composto por ingredientes que caracterizam continuidades, (ou permanências) e mudanças, (ou modificações). A primeira, em Arqueologia Pré-histórica é comumente denominada de “Tradição”, a segunda de “Inovação”, ou “Novidade”. Evidentemente que ambas somente podem ser entendidas uma em função da outra.

A continuidade, ou permanência, pode ser definida como a manutenção dos segmentos de uma sociedade, desde seus esquemas de produção econômica, adaptativos, até os níveis

abstratos ou mentais que se manifestam no campo “puro” das idéias. A tradição, portanto, significa o corpo de valores, crenças, comportamentos e relações que cada sociedade identifica como “normal” para a vida de cada um dos seus integrantes. Quanto mais tradicional é uma sociedade, menos admite a manifestação de qualquer ato-desviante do padrão aceito. Estas sociedades impõe, de multivariadas formas, sistemas integrados de relações entre as pessoas, tanto dentro delas, quanto entre elas e o exterior, seja este considerado como outra sociedade, ou ambiente, ou idéias externas. Em outras palavras, elas claramente se identificam, frente ao outro, pelos traços peculiares, inconfundíveis e mantidos ao longo do tempo.

Parece claro que nenhuma sociedade pode ser exclusivamente conservadora, ou tradicional. Temos que considerar que a cada momento, cada um de nós é, sob certos aspectos, diferente do momento anterior. Até a pele nós trocamos em cerca de 45 dias; eliminamos e adquirimos milhões de seres microscópios a cada dia, que integram nosso corpo e que são vitais para seu funcionamento e sofremos, a cada instante, um número incontável de novas e sistemáticas pressões, ou influências, que atuam desde a nossa mente, até os nossos sentidos e emoções. Não, evidentemente, ninguém é mesmo ao longo da vida. “Nunca o mesmo homem entra no mesmo rio duas vezes”. O que acontece é que estas mudanças são tão pequenas (e mesmo imperceptíveis), que para nós pouca ou nenhuma atenção damos a elas ... assim, elas “não existem”... Não entram no plano da nossa consciência. O mesmo acontece nestas culturas conservadoras ou ultra conservadoras. As micro mudanças do cotidiano não entram no seu comportamento consciente, a não ser quando atingem um determinado grau de manifestação que, de tão repetido “e conseqüentemente aceito” passam a fazer parte do todo.

Partindo do princípio que **nenhuma** sociedade consegue se manter inalterada, ao longo do tempo, podemos perguntar, então, o que explicaria a permanência de sociedades tão antigas, como os bandos e as tribos, que sobrevivem até hoje (ou que sobreviveram até bem pouco tempo atrás) com padrões de comportamento e relações ambientais que parecem repetir as evidências reconstituídas pelos arqueólogos para sociedades situadas a centenas ou milhares de anos passados. Podemos lembrar que as mudanças pelas quais essas, sem dúvida, passaram, foram de tal ordem pequenas, que não alteraram o esquema básico que as caracteriza como “bando” ou “tribo”. Elas possuíam sistemas de controle de tal forma eficazes que não permitiam (salvo situações excepcionais, ou críticas) mudanças substanciais nestes padrões de longuíssima duração.

Não cabe, neste estudo, uma análise detalhada das sociedades tribais, por exemplo. Podemos encontrar algumas boas descrições nos livros indicados na bibliografia (7), de forma que nos limitaremos a considerar alguns aspectos de interesse para o nosso tema.

A sociedade tribal, em síntese, pode ser caracterizada como aquele tipo de organização humana que possui um certo grau de poder de intervenção sobre a natureza, e tem conhecimentos que as permite interferir nos processos de reprodução de plantas ou animais. Em maior ou menor grau, depende para sua sobrevivência da própria capacidade de produzir alimentos, seja através da horticultura (ou, em grau complexo, agricultura) ou do pastoreio, (estas últimas muito raras na América pré-histórica). Mesmo que fatores de produção mais antigos, vindos das fases de caça-coleta (sociedades de bando), permanecem importantes como fornecedores de proteínas e vitaminas, a dependência do uso do solo é fundamental. As sociedades agrícolas, que nos interessam mais de perto, de-

pendem em maior escala da sua produção de vegetais. Esta, no entanto, é sempre canalizada para o consumo, evitando-se a existência de qualquer excedente. Quando este existe é destinado a certas práticas ou objetivos coletivos (mesmo que seja para a guerra, onde o homem adulto deverá mostrar seu valor pessoal).

Não havendo a produção de excedentes, também não pode ocorrer a existência de chefias institucionalizadas ou especializadas. Não ocorre a hereditariedade de funções e, muito menos, a posição social em função do nascimento. São, portanto, sociedades sem classes sociais.

Um detalhe muito importante, para nós, é o fato de que estas comunidades possuem um sentido específico de tempo, diferente do nosso. São grupos com pouca noção (ou que não se importam) com o tempo contínuo. O que interessa, e é de todas as formas incentivada e defendida, é a perspectiva de que há continuamente a necessidade de serem repetidos e perpetuados os usos e costumes que “deram certo”. Tudo aquilo que foi experimentado e funcionou deve ser mantido, por múltiplas formas de uso e atuação individual, e onde os “desviantes” são marginalizados. A noção aprovada é aquela de que todos os fatores importantes para a existência e autoidentificação social devem ser preservados (mesmo que inexistam sanções ou coerções do tipo estabelecido, por exemplo, pelo Estado com suas leis e regulamentos). O costume norteia a existência individual. O sexo do nascimento, a faixa etária e o valor pessoal são os ingredientes que orientam a vida de cada um. Repetir o sancionado, refazer o que é aceito, é o padrão fundamental da vida. O tempo é, pois, uma unidade rebatida e os acontecimentos devem repetir-se dentro de uma sequência conhecida, obedecendo a ciclos. Sua noção é, portanto, a do “tempo cíclico” (8) que, para nós, na verdade, se configura

mentalmente como uma noção de movimento “helicoidal” de tempo. Estas culturas, em síntese, não necessitam da idéia de tempo corrente, pelo menos com a mesma intensidade que encontramos nas sociedades históricas.

Para nós, agora, o que interessa é o fato de que estamos frente a uma sociedade onde a continuidade é enfatizada de forma sistemática. Não que não existam mudanças, só que estas são lentas, suaves e pouco perceptíveis. Que elas possuem capacidade para mudar não restam dúvidas. Basta lembrarmos que a partir de algumas sociedades do tipo é que surgiram aquelas que denominamos “de classe” e daí, o Estado. Ressalta, no entanto, o fato que sua longa duração (e sobrevivência até os tempos atuais) só foi possível pela ênfase dada à continuidade, à permanência. Em suma, são grupo que valorizam a tradição social e que desenvolveram, ao longo do tempo, uma extensa série de esquema de segurança, impeditivos de mudanças de vulto. Embora percebamos que, (como toda a sociedade humana), estes esquemas nunca impediram alterações dramáticas, frente às necessidades, o fato é que eles permitiram sua longa duração. E é bom recordarmos que este padrão é encontrado em todo o mundo e com alguns milhares de manifestações culturais diferenciadas.

A sociedade tribal é, então, aquela onde os fatores de permanência predominam sobre os da mudança.

A medida em que as sociedades tornam-se mais complexas e se delineiam as diferenças sociais por nascimento, o panorama gradualmente se modifica. A alguns são atribuídos poderes de dirigir (ou, melhor dizendo, são estes “direitos” absorvidos do “direito comunal”) num processo que vem sendo muito estudado ao longo dos últimos anos (9), enquanto que, para a maioria, cada vez mais despojadas dos seus direitos ancestrais, são imputadas novas responsabilidades, especialmente

de produção. Ora, para que o Estado se organize é necessário que ocorram planejamentos contínuos em todos níveis da sociedade. A classe dirigente é, na verdade, composta pelos especialistas em organizar o funcionamento da máquina estatal. A este compete todas as tarefas do planejamento e “planejar” implica em prever para o futuro, através da experiência adquirida na prática e nos elementos que funcionaram no tempo anterior, isto é, no passado.

A noção de tempo cíclico, embora perdure, perde gradualmente sua importância, especialmente para a elite dominante. A noção anterior fica, na maioria das vezes, restrita às atividades do culto (e, embora manobrada por uma classe dirigente sacerdotal, servirá, por seu turno também para afastar o homem comum do conhecimento e da utilidade social do tempo contínuo, conforme o interesse da elite dominante). Não é por acaso que a noção de tempo sequencial surja ao alvorecer das civilizações, nem tão pouco que a escrita apareça no mesmo momento para facilitar este controle e planejamento. Como corolário surgirá a nossa noção de História, elaborada pelos primeiros “historiadores” encarregados de ressaltar as bases do poderio do Estado à medida que o mesmo é apresentado em sua dinâmica temporal.

As sociedades civilizadas irão, pois, reforçar a noção de tempo corrido, de processo, e enfatizarão, gradualmente, a importância das mudanças. A história o é das modificações (dos fatos, conjunturas e estruturas) ocorrida ao longo do tempo. O “permanente” continua útil; mas agora é visto, quase sempre, como o “pano de fundo” no qual se destacam os fatos novos, sejam eles de qualquer tipo de duração. A ênfase recai, pois, nas mudanças. São elas que interessam em primeiro lugar.

Devemos, no entanto, considerar um terceiro elemento,

subjacente na exposição, embora ainda não mencionado. Ele está intimamente relacionado aos dois outros e, realmente, resulta da combinação de ambos. Em última análise se trata de uma “feição” daqueles, que por sua vez somente podem ser entendidos se neles percebermos a existência deste. Trata-se da interação ou do “rítmo” em que acontecem as mudanças e em que o “continuum” se altera.

Preliminarmente é bom lembrarmos que o rítmo é uma das faces da unidade em discussão. Assim, ele configura o ponto de contato entre a continuidade e a mudança, a área fronteira entre ambas e, ainda, a da zona de transição. Seu movimento não é constante, nem em um mesmo momento em todas as partes de qualquer sociedade estudada nem, muito menos, no conjunto desta mesma sociedade ao longo do tempo.

Uma sociedade tribal, por exemplo, se estudada como uma unidade, demonstrará ritmos diferentes de mudanças ao longo do tempo e ritmos diversos num mesmo tempo nos diferentes níveis que a integram. O mesmo pode ser estendido, também, para a nossa própria sociedade atual.

No caso, por exemplo, das sociedades tribais ainda existentes no nosso país, é possível encontrarmos diversas respostas diferentes para as pressões externas exercidas pela sociedade nacional. Assim, enquanto certas comunidades tribais, ao longo do tempo mudaram gradualmente seus esquemas e acabaram por se confundir com os segmentos mais pobres da população, outras conseguiram alterar certos traços superficiais, conservando seus esquemas básicos e estruturais. No primeiro caso em ritmos diferentes, todos os níveis foram alterados, aculturando-se o grupo e perdendo sua identidade tribal; no segundo esta é mantida apesar da adoção de elementos novos que alteraram certos aspectos (geralmente tecnológicos) onde

a mudança é assimilada em ritmo mais rápido, permitindo a manutenção das estruturas, onde o ritmo das modificações é muito mais lento.

Em todo o mundo esta mesma perspectiva vem sendo observada, seja em remanescente tribais e mesmo entre caçadores-coletores (especialmente na África). Geralmente a mudança é mais notada (ou, em outras palavras, o seu ritmo é mais rápido) no tocante a adoção de utensílios, ferramentas e armas (tecnologia) sendo muito mais lenta e menos notada no nível mental ou das idéias (10). As relações sociais variam muito e, geralmente, situam-se no meio termo. Pode-se pois, dentro de um mesmo grupo observar como a “área fronteira” entre o que permanece e o que muda varia nos seus componentes, adaptativos, associativos e mentais.

Parece-nos claro, portanto, que todas as sociedades humanas, independentemente do local ou da época em que tenham vivido, podem ser entendidas a partir da análise dos seus fatores de permanência e de mudança, que tenham sido preservados ao longo do tempo. Estes elementos podem também indicar, na dependência do trabalho de recuperação empregado, os ritmos das relações entre ambas e as ênfases que cada sociedade deu a cada uma delas durante sua existência.

No caso da pré-história brasileira, as sociedades representadas por conjuntos de muitos sítios com manifestações culturais similares, constitui uma unidade denominada de “Tradição” que é a maior reconhecida. Ela, então, expressa aqueles fatores de longa duração e ampla distribuição que podem ser reconhecidos, juntamente pela permanência de suas características, sejam elas manifestadas no aparato tecnológico preservado ou nos padrões adaptativos, associativos e mentais reconstituídos. Uma Tradição, então, se refere a fatores de longa permanência em uso entre grupos humanos que se

espalham no espaço e se estendem no tempo. Neste caso os traços reconhecidos para o invento da Tradição obrigatoriamente se baseiam na continuidade da sua aceitação e materialização pelos antigos grupos humanos, que a compõem.

No extremo oposto se encontram os sítios. Cada sítio significa a menor unidade cultural definida pelo pesquisador. Ele se vincula na Tradição a medida que suas características predominantes se encaixam naqueles fatores descritos. Cada sítio, no entanto, apresentará, por seu turno, traços diferenciados e próprios, que representam a visão local (no espaço e no tempo) daquela comunidade ali preservada. Um sítio com uma única ocupação significa, assim, um momento relativamente rápido das transformações de uma Tradição. No caso de sítios com várias ocupações ao longo do tempo (com estratigrafia) pode-se visualizar as mudanças também em sua sequência cronológica, sempre, no entanto, através de “lampejos” das mesmas.

Ocorre um problema. As Tradições, sempre que bem reconstituídas, expressam períodos muito grandes e espaço proporcionais. Os sítios, por seu turno, representam o oposto. Torna-se, pois, necessária a identificação de sequências medianas, nem tão episódicas como as ocupações de sítios nem tão extensas como os esquemas tradicionais e onde se possa visualizar o ritmo das mudanças.

Embora coexistam alguns sistemas de interpretação na pré-história brasileira, aquele que procura definir esta unidade intermediária como “fase” é o que adotamos. A fase é entendida como um momento definido de uma sociedade, expressa em mais de um sítio, onde o material recolhido demonstra continuidades em maior escala do que mudanças entre si. Assim, uma fase representa uma extensão espaço-temporal da Tradição. Por outro lado, no mesmo sítio estudado, mudanças

ao longo do tempo implicam, também na existência de fases diferenciadas. Parece claro que a duração de uma fase nunca pode ser muito extensa, caso contrário ela se confunde com a Tradição.

Em outras palavras, o que define uma fase são as similaridades (logo, a permanência) entre os traços estudados em mais de uma unidade espacial em um tempo dado. Quando estas unidades foram ocupadas mais de uma vez e que as alterações dos fatores tradicionais são expressas no material, podem também ser inventadas (ou reconhecidas) novas fases, ou novos “momentos” culturais da mesma Tradição.

As similaridades (continuidades) servem para agrupar os sítios em fases e estas em tradições. As diferenças servem para indicar os limites das fases de uma mesma tradição entre si, assim como separam também as diversas Tradições. Semelhanças e diferenças, portanto, sempre ocorrem em conjunto.

As similaridades expressas em conjunto de sítios, servem para identificar a “fase” a que se vinculam, assim como as diferenças entre cada conjunto, as “fases” que representam. Por seu turno, os fatores de permanência reconhecidos pela sua repetição entre fases diferenciadas (pelos traços de mudanças) servem para vincular cada grupo de fases a uma Tradição específica. Quando podemos observar que as diferenças entre conjunto de fases são mais expressivas que as continuidades, entre elas, deduzimos que, na verdade, estamos frente a Tradições também diferenciadas.

O importante é que ao serem reconhecidas as fases, não somente pelos seus artefatos e ferramentas, mas também nos seus padrões de assentamento, atividades econômicas e relações sociais reconstituídos, podemos vislumbrar, pelo menos, o ritmo dessas transformações e os diversos níveis em

que elas se deram tanto ao longo do tempo quanto intrinsecamente dentro de cada comunidade. Com alguma sorte e muito trabalho, podemos, igualmente ter algumas noções sobre a velocidade das mudanças em cada um dos níveis da organização social “inventada”. De uma maneira geral temos observado que as mudanças mais rápidas se fazem nos detalhes da produção tecnológica, os médios naqueles indicativos das relações sociais e econômicas e os mais lentos naqueles expressos pelos rituais, sobretudo nos ritos funerários (embora existam excessões - nota 10).

Parece-nos evidente, como conclusão, que o emprego destes três elementos de análise (continuidades, mudanças e ritmo) na reconstituição arqueológica da pré-história, se constituem em um instrumento capaz de atribuir alguma segurança na busca e identificação dos processos culturais, tanto no espaço quanto no tempo. Evidentemente que esta unidade não atende, sozinha, a todos os interesses do pesquisador e nem esta é a nossa proposta. Trata-se de um caminho que pode colaborar para elaboração dos elementos, de base, sobre os quais outros processos podem completar e enriquecer a nossa tarefa de inventar, dar a vida e aprender com as sociedades arqueológicas.

NOTAS

1. Esta discussão pode ser vista em detalhes com suas implicações no livro de Stephen Hawking - “Uma Breve História de Tempo”. Ed. Rocco 1989.
2. Para estas novas visões podem ser consultados os livros: Ilya Perigogine - “O Nascimento do Tempo”, Ed. 70-Lisboa, 1990 especialmente páginas 35/37. Joaquim Moura Ramos & M. I. Barreiro - “Sinos do Universo -

3. Entre os trabalhos de M. Foucault com relação ao texto, podemos destacar: “Arqueologia do Saber”, Ed. Forense Universitária, Rio, 1987 e “As palavras e as Coisas”, Ed. Portugália, sem data.
4. Nada melhor do que consultar o próprio livro de Darwin, “Origin of Species”, 1859, Londres, em uma das suas versões em português.
5. Gordon Childe tem uma vasta literatura traduzida para o português. O livro que, ao nosso ver, melhor demonstra suas idéias é o “Evolução Social”, Ed. Zahar, Rio, 1966.
6. Serge Moscovici, “Sociedade contra Natureza”, Ed. Vozes, Petrópolis, 1975.
7. Sobre as sociedades tribais, podemos indicar: o clássico de M. Shallins “As Sociedades Tribais”, Zahar, Rio, 1970; ou o livro de Julio Cesar Melatti - “Índios do Brasil”, Ed. de Brasília LTDA, 1972; ou ainda de Orlando e Cláudio Villas Boas, “Xingu os índios e seus mitos”. Como elemento classificatório (padrão de comunidade) é fundamental o livro de Elman Service - “Organizações Sociais Primitivas: Uma perspectiva evolucionista”, Ed. Despertar, Porto, sem data.
8. Para a questão do tempo cíclico, podemos recomendar o livro de Mircea Eliade, “O Mito do Eterno Retorno”, Ed. 70, Lisboa, 1985.
9. Entre os inúmeros bons trabalhos sobre o tema, é interessante a coletânea (atualizada mesmo em português)

dirigida por John Hall, " Os Estados na História", Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1992.

10. Entre os grupos da fase Mucuri, da Tradição Una, no Estado do Rio de Janeiro, um dos aspectos tecnológicos básicos, a cerâmica, mudou relativamente pouco ao longo de, pelo menos, 500 anos. Em contra-partida, e até mesmo surpreendentemente, os ritos funerários apresentam uma variedade que prova alterações importantes neste nível, expressas pelos rituais, não só ao correr do tempo, como dentro de cada sítio. Ver, a respeito, um trabalho nosso em co-autoria com Eliana Carvalho, "A Pré-História da Serra Fluminense e a Utilização das Grutas no Estado do Rio de Janeiro", I.A.P. Série Antropologia, nº31, São Leopoldo, 1980.

Endereço para correspondência:

Ondemar Ferreira Dias Jr.

Caixa Postal 2992

Rio de Janeiro - RJ